

CONCLUSÃO

Partiu da Plataforma de Diálogo, que reúne associações civis de caráter ambientalista e empresas privadas que atuam na Planície Pantaneira, a iniciativa de implementação de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Este processo teve como objetivo antecipar e gerir as oportunidades de desenvolvimento e os riscos ambientais decorrentes do conjunto de projetos industriais e de mineração dos pólos de desenvolvimento planejados para o município de Corumbá, denominado “Pólo Minerio-Industrial de Corumbá e Influências sobre a Planície Pantaneira”. A AAE desenrolou-se por meio dos estudos que culminaram na proposta de diretrizes enunciadas no capítulo anterior e de um conjunto de eventos de participação ampliada que serviram para troca de informação, comunicação e validação dos resultados.

Os eventos de participação contaram com o envolvimento dos representantes da Plataforma de Diálogo e de representantes das prefeituras dos municípios de Corumbá e Ladário. Além destes, os eventos contaram com a participação dos grupos sociais e de órgãos e instituições públicas e privadas que de alguma forma estão envolvidos na promoção do desenvolvimento e na proteção ambiental da região, tais como: entidades de meio ambiente (MMA, IBAMA, ANA, SEPLANTEC, IMASUL); Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (Corumbá e Campo Grande); universidades (UFMT, UEMS - Corumbá e Campo Grande, UCDB, UNIDERP); instituições federais e estaduais como EMBRAPA, FUNDETUR e SEPROTUR e as relacionadas ao setor produtivo, SEBRAE e outras empresas como Vale, Rio Tinto e Votorantim.

Durante a elaboração dos estudos de AAE, os resultados parciais foram sendo divulgados em página própria na Internet, para conhecimento e discussão. Assim, tornaram-se disponíveis os relatórios referentes a: Termo de Referência; Linha de Base e Diagnóstico; Construção e Avaliação dos Cenários; e Relatório Final Preliminar, que foram analisadas e aprovadas pela Plataforma do Diálogo. Em setembro de 2007, em Corumbá, uma reunião pública inaugural tratou da apresentação e da aprovação do plano de trabalho da AAE. Na mesma cidade, os resultados parciais dos estudos foram apresentados em reunião havida em abril de 2008 com a equipe do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul responsável pela formulação do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE-MS). No mês seguinte, realizou-se a reunião de consulta pública (ver apresentação no **ANEXO X**) que validou os cenários e as diretrizes de desenvolvimento propostos para a região.

A realização da AAE do Pólo Minerio-Industrial de Corumbá e Influências sobre a Planície Pantaneira pode ser considerada uma das iniciativas pioneiras de uso deste instrumento de política e planejamento ambiental no País, tendo exigido, além do valor financeiro, o empenho da Plataforma de Diálogo de assegurar que se concretizasse de acordo com os melhores princípios da boa prática profissional. É preciso, portanto, que este empenho continue e se amplie para que não se perca a oportunidade de se implementarem as recomendações e as diretrizes de proteção ambiental emanadas do estudo e validadas nos eventos citados.

Entre as recomendações e diretrizes explicitadas no Capítulo 12, algumas dizem respeito ao controle ambiental das atividades industriais e de mineração, sendo da responsabilidade das empresas que as operam. Outras, porém, referem-se às ações de conservação dos recursos ambientais e a programas de gestão ambiental, envolvendo em sua implementação não só as empresas, mas as prefeituras e os órgãos e entidades públicas de planejamento, fomento ao desenvolvimento social ou proteção ambiental, nos três níveis de governo.

A função da Plataforma de Diálogo e de outras estruturas de governança que venham a se instituir na região é de cobrar e acompanhar a atuação dessas empresas e desses órgãos, persistindo na proteção da Planície Pantaneira e na busca de um desenvolvimento social e

ambientalmente sustentável. Tal função deverá se apoiar no acompanhamento da evolução dos parâmetros indicadores da sustentabilidade (monitoramento), identificados quando da construção dos cenários de desenvolvimento, nos estudos da AAE (Capítulo 11), conforme apresentados nos quadros 11.1 (Indicadores de Sustentabilidade Utilizados na Avaliação Ambiental dos Cenários) e 11.3 (Impactos Ambientais Estratégicos dos Cenários).

O acompanhamento da implementação dos Pólos e da evolução dos referidos indicadores de sustentabilidade devem servir para a verificação da incidência e da intensidade dos impactos estratégicos conforme o que foi previsto na hipótese de concretização dos cenários de desenvolvimento. Admite-se em estudos de AAE um grau de incerteza bastante elevado, por conta da natureza das previsões estratégicas, sendo necessário adotar procedimentos para que, caso se produzam impactos de intensidade muito maior do que a prevista, se possam adotar as devidas medidas de controle.

Sendo também incertos a conjuntura e os rumos da economia, nos planos nacional e global, é recomendável que os resultados e as diretrizes da presente AAE sofram revisões com uma periodicidade de, no mínimo, três anos ou sempre que se observem mudanças significativas inesperadas no comportamento dos parâmetros indicadores da sustentabilidade ou alterações nas atividades e nos programas de desenvolvimento que suscitaram a presente avaliação. É o resultado do acompanhamento que permitirá a identificação dessa necessidade e apoiar e retro-alimentar as revisões da AAE.